

Pessoas com deficiência: dignidade passa pela conquista de emprego

As pessoas com deficiência são o tema da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) neste ano. Com o lema *Levanta-te, vem para o meio!*, quer trazer à discussão o debate sobre os vários tipos de deficiência (física, visual, auditiva e mental) e combater o preconceito, em especial numa sociedade que “privilegia os fortes e saudáveis, os belos e fisicamente perfeitos, enquanto marginaliza e até exclui os que têm menos capacidade de se afirmar sozinhos e de competir com os outros”, segundo documento da CNBB.

No Sindicato, a questão dos deficientes ocupa espaço em pauta desde o ano de 2000, com várias iniciativas já tornadas realidade e outras em desenvolvimento. A principal preocupação diz respeito à conquista do emprego e garantias de que poderá desenvolver seu trabalho em ambiente adequado, pois, apesar da existência de uma política de cotas para contratação nas empresas, esta não resolve de fato a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Entre essas ações está o processo de negociação para contratação de pessoas com deficiência na Rolls-Royce, iniciado em fevereiro de 2005, e que no mês de agosto



to passado resultou na contratação de sete pessoas com deficiência auditiva, em parceria com o Senai de Diadema. “Também adquirimos impressora em braille e passamos a imprimir diretamente o Sem Lenço Sem Preconceito, encarte mensal da Tribuna Metalúrgica. Quando essa publicação fez um ano, lançamos também em letras grandes, para pessoas com baixa visão”, conta Luiz Soares da Cruz, o Lulinha, assessor em Cidadania do Sindicato.

O censo do IBGE apontava no ano 2000 a existência de 24.600.256 pessoas com deficiência no Brasil. Como cada um deles convive em média com outras cinco pessoas, o problema diz respeito a 125 milhões de brasileiros, ou seja, quase 75% da população. Não se pode esquecer também que, ao longo da vida, todas as pessoas estão sujeitas a adquirir algum tipo de deficiência.

Desculpas mais usadas para não contratar pessoas com deficiência

- Que não têm condições de trabalhar;
- Que o ambiente de trabalho não é apropriado;
- Que os outros trabalhadores não vão se adaptar;
- Que não têm escolaridade;
- Que falta formação profissional.

Na verdade, falta:

- Condições para que a pessoa com deficiência desenvolva qualquer tipo de trabalho;
- Incentivo para que ela lute pelo direito ao emprego;
- Acessibilidade para locomoção, comunicação e mobiliário adequado para que exerça qualquer tipo de trabalho;
- Igualdade de oportunidade para que possam participar do mercado de trabalho.

OPINIÃO

Até tu, Gil?

“A recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo”

Paulo Freire

Por Leticia Massula

Dessa vez foi na entrega do prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Digo dessa porque não foi a primeira vez, nem será, por enquanto, a última... Todas as pessoas que fizeram o uso da palavra usaram o plural no masculino, até o ministro da Cultura Gilberto Gil. Foram tantos “boa noite a todos”, “solicitamos a todos que desliguem os celulares”, “agradecemos a presença de todos”, que em certo momento tive vontade de sair, já que, como “toda”, eu era nada ali.

Nenhuma sociedade trata suas mulheres tão bem quanto seus homens

Não estou aqui fazendo uma crítica pessoal ao Ministro Gilberto Gil, tampouco o acusando de machista. Não seria justa tal crítica a quem compôs, entre outras canções, “Super Homem”, verdadeiro hino ao feminino. O que quero demonstrar é que o modelo cultural patriarcal em que vivemos está tão arraigado que até alguém como Gil, que ocupa justamente a pasta da Cultura, acaba incorporando padrões culturais que excluem as mulheres, talvez dizer, metade da população. Se, como disse Caetano, “minha pátria é minha língua”, quero uma pátria/mátria que não me exclua, começando pela linguagem, importante instrumento de libertação, mas que também pode ser utilizado como ferramenta de opressão.

E em opressão, nós, mulheres, somos escoladas. Em 1997, o Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou um índice pra medir as diferenças por gênero. Quando pela primeira vez os dados sobre as mulheres foram analisados, o PNUD sustentou que “nenhuma sociedade trata suas mulheres tão bem quanto seus homens”.

A linguagem tem tudo a ver com esse dado, na medida em que invisibiliza cotidianamente as mulheres na sociedade e na história. Mulheres são nada se nunca estão incluídas na linguagem. Daí para exclusão do poder, da vida pública, do mercado de trabalho, é um pulo. Segundo Vera Vieira, coordenadora executiva da Rede Mulher de Educação, quando se diz “a salvação do planeta está nas mãos dos homens”, ao invés de “a salvação do planeta está nas mãos da humanidade”, reflete-se a posição que o homem vem ocupando na história, reforçando o papel hierárquico e as relações de poder e dominação masculina na sociedade.

“Mulheres são nada se nunca estão incluídas na linguagem”

O educador Paulo Freire, em sua obra a “Pedagogia da Esperança - um reencontro com a Pedagogia do oprimido”, faz um *mea culpa* e reconhece em sua obra o traço machista arraigado em nossa cultura. Diz ele: “Em certo momento de minhas tentativas, puramente ideológicas, de justificar a mim mesmo a linguagem machista que usava, percebi a mentira ou a ocultação da verdade que havia na afirmação: ‘quando falo homem, a mulher está incluída’. E por que os homens não se acham incluídos quando dizemos: ‘As mulheres estão decididas a

mudar o mundo?”

Algumas iniciativas vêm sendo apresentadas sobre o tema. O projeto de lei 4.610/2001, de autoria da deputada Iara Bernardi (PT-SP), aprovado no plenário do Senado Federal, prevê a utilização da linguagem inclusiva na legislação e em documentos oficiais. Irônico é que parta justamente da Câmara dos Deputados, que, em que pese ser composta também por 44 deputadas, mantém em seu nome a menção apenas aos deputados. Poderia, a exemplo do Senado, se chamar Câmara Federal, contemplando mulheres e homens.

“Poderia (a Câmara dos Deputados), a exemplo do Senado, se chamar Câmara Federal

Acabar com a discriminação do feminino significa construir bases sólidas de igualdade que sejam vivenciadas por futuras gerações de meninas e meninos - a materialização do desejo de todas e todos por uma humanidade justa, igualitária e inclusiva. Essa construção deve começar pela desconstrução da linguagem, buscando uma alternativa à cultura patriarcal. Uma tarefa para todas as pessoas!



* Leticia Massula é advogada, Coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares em São José dos Campos e Brasília e fundadora do Centro Dandara de Promotoras Legais Populares.

Suplemento especial
da Tribuna Metalúrgica
Edição nº 1 - Segunda
quinzena de março - 2006

Tribuna Cidadania



Flores de aço



Carol, trabalhadora na Otis: uma das muitas guerreiras do dia-dia

Março marcou as comemorações pelo Dia Internacional da Mulher. Desde que a data surgiu, em 1857, muito se conquistou em todo o mundo, mas há muito que lutar por igualdade. Essa briga é ainda mais evidente na vida de mulheres negras, das mais jovens e com deficiência, historicamente sujeitas a mais discriminação e menos oportunidades. A experiência e a garra de algumas delas, homenageadas nesta primeira Tribuna Cidadania, e um perfil das metalúrgicas, podem ser conferidos na página 3.

Comunicação sindical inclusiva

Comissões temáticas do Sindicato (mulheres, juventude, pessoas com deficiência e de combate ao racismo) inauguram projeto de comunicação sindical: a Tribuna Cidadania.

Página 2

Tribuna Cidadania

Redação: Rua João Basso, 231 - Centro - São Bernardo - CEP: 09721-100 - Fone: 4128-4200 - Fax: 4127-3244 - www.smabc.org.br
 imprensa@smabc.org.br - Regional Diadema: Av. Encarnação, 290 - Piraporinha. Telefone 4066-6468 - CEP 09960-010
 Regional Santo André: Rua Senador Fláquer, 813 - Centro. Telefone 4990-3052 - CEP 09010-160 - Diretor Responsável: Sérgio Nobre
 Reporteres: Carlos Alberto Balista, Gonzaga do Monte, Maria Angélica Ferrasoli (colaboradora) e Silvio Berengani
 Repórter Fotográfica: Raquel Camargo - Diagramação - Eric Gaieta - CTP e Impressão: Simetal ABC - Gráfica e Editora - Fone: 4341-5810

Informação contra o preconceito



O Sindicato dá início à publicação da Tribuna Metalúrgica Cidadania certo de que os temas aqui abordados vão despertar o interesse não apenas daqueles que de alguma forma sentem discriminação ou exclusão por sua condição social, de raça ou deficiência, mas sim de todos e todas que, conscientes destas diferenças, sonham com uma sociedade igualitária e arregaçam as mangas para construí-la.

A edição Cidadania, fruto de parceria com a central norte-americana AFL-CIO (veja entrevista com a representante da Central ao lado), quer levar para os metalúrgicos e à sociedade em geral a discussão de temas, iniciativas e propostas que despertem o debate sobre a problemática e resultem em atitudes concretas para mudanças.

As comissões temáticas dos metalúrgicos do ABC foram criadas em congressos e têm a preocupação de, por meio de abordagens específicas, buscar a conquista de cidadania plena para toda a população brasileira.

Para isso, queremos e vamos procurar parcerias com outras entidades voltadas ao mesmo objetivo, que é de propiciar uma vida mais igualitária e digna a cada pessoa. Afinal de contas, o papel de um sindicato vai muito além das questões relativas à categoria que representa: cada trabalhador que conscientemente reivindica seus direitos é também um cidadão que ocupa seu espaço na sociedade e, junto com seu sindicato, luta para torná-la cada dia melhor.

José Lopez Feijó
presidente do Sindicato

Comunicação a serviço da inclusão social

Projeto inédito com federação americana viabiliza criação da Tribuna Cidadania

A criação de um jornal que abordasse exclusivamente questões como a das pessoas com deficiência, dos afrodescendentes, da juventude e da mulher nasceu da união entre o Sindicato e a Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO).

Batizado de Comunicação Sindical Inclusiva, o projeto representa parceria inédita tanto no Brasil quanto internacionalmente, e começou a ser gestado quando a representante do Solidarity Center da AFL-CIO no País, Terri Lapinski, visitou a entidade e conheceu o trabalho realizado em prol dos deficientes visuais. Terri é mestra em Educação e traz em seu currículo o ensino do método Paulo Freire em Nova Iorque.

O que significa o projeto Comunicação Sindical Inclusiva? Quais são seus objetivos e expectativa?

Nosso objetivo básico é alcançar os resultados que o Sindicato do ABC propôs;



Terri Lapinski, da AFL-CIO: temáticas específicas em foco

ou seja, uma produção de comunicação sindical acessível às pessoas com deficiência visual. Isso inclui a ampliação da publicação da Tribuna Metalúrgica em braille e outras com letras grandes, aumentando seu conteúdo editorial e trazendo uma variedade de informações mais ampla aos leitores.

Além do jornal, há outras frentes em que o projeto vai atuar?

A proposta é de não somente ampliar o alcance do jornal, mas também desenvolver o que se chama de comu-

Por que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC foi escolhido?

O relacionamento entre a AFL-CIO e os Metalúrgicos do ABC vem de longa data. Após ter sido apresentada ao Flávio Henrique (da Comissão das Pessoas com Deficiência) e ser informada sobre a luta e as atividades do Sindicato e da CUT nessa área eu encorajei a ele para que o Sindicato nos submetesse uma proposta para parceria.

Com relação à cidadania, quais são as outras atividades desenvolvidas pela AFL-CIO no Brasil e no mundo?

No Brasil fomos parceiros na fundação do Inspir, organização sindical que promove a igualdade de raça e gênero e parceiros em projetos de formação de mulheres e jovens. Entre os programas desenvolvidos no mundo estão os de combate internacional ao trabalho infantil e programas de luta pela igualdade de direitos para as mulheres trabalhadoras.

nicção inclusiva, que é tratar de temáticas específicas em um mesmo jornal; ou seja, questões de gênero, juventude, raça e deficiência.

O projeto já e desenvolvido com outros sindicatos? E no exterior?

Desde que assumi o cargo de representante do Solidarity Center da AFL-CIO, no final de 2004, este é o primeiro projeto de área de comunicações para pessoas com deficiência visual que nossa organização apoia. Não tenho conhecimento de outro projeto sendo apoiado por nós em outros países.

Auxílio-creche em discussão



Metalúrgicas avaliam as diferenças no auxílio-creche para buscar avanços

Uma reunião promovida pelo Sindicato na última sexta-feira discutiu a necessidade das creches para os filhos das metalúrgicas. Hoje o auxílio-creche para as companheiras tem patamares diferentes nos cinco grupos que formam o setor, o que cria disparidades de condições.

No setor de autopeças, por exemplo, o auxílio estabelece o pagamento de 10% do piso durante um ano, enquanto em montadoras como

a Volkswagen representa o pagamento de R\$ 350,00 durante um ano ou utilização da creche conveniada com a empresa.

O objetivo do encontro, que contou inclusive com a presença de uma advogada, foi esclarecer sobre estas diferenças, abordar o direito também em outras categorias e reivindicar avanços, de forma a contemplar com mais eficiência os filhos de todas as trabalhadoras do setor.

Livro resgata história de Dorina Nowill

Cláudia Cotes, escritora e fundadora da ONG Voz da Voz, escreveu um livro sobre a vida de Dorina Nowill, 86 anos, presidente emérita da Fundação Dorina Nowill para Cegos, após tê-la conhecido e tomado conhecimento de toda a sua trajetória.

O livro, que se chama "Dorina viu", foi impresso em tinta e em braille juntos para que todas as crianças possam ler e aprender a conviver com as diferenças harmoniosamente. A obra faz parte da coleção "Fazendo a diferença", cujo objetivo é abordar a deficiência de forma positiva e lúdica para uma educação inclusiva dos deficientes visuais na comunidade.

O artista plástico Dimaz Restivo inspirou-se em Do-



rina Nowill quando criança para trabalhar o projeto gráfico de "Dorina Viu".

O surpreendente resultado foram ilustrações inteligíveis para quem tem visão normal, baixa visão e também para quem é cego. "As personagens, as cores e os cenários precisavam ser bem definidos sem perder a propriedade lúdica", explica. Ele utilizou técnicas como a aquarela, de maneira suave, e acrílica, para reforçar cenários.

Participe das comissões

Neste sábado, 1º de abril, acontecerá o 1º Seminário das Comissões Temáticas dos Metalúrgicos para a troca de experiências e planejamento de ações, na Sede do Sindicato, às 9h. O encontro é aberto a todos os interessados.

Elas estudam mais e recebem menos

As mulheres metalúrgicas são jovens (a maioria tem menos de 40 anos) e possuem mais escolaridade do que os homens, mas, mesmo cumprindo igual jornada ou ocupando cargos iguais, ganham menos e estão mais sujeitas a demissões.

A conclusão é de estudo publicado neste ano pelo Dieese. Ele mostra que apesar da recuperação do emprego no setor, a categoria ainda é majoritariamente masculina: as trabalhadoras representam apenas 15% do total.

Segundo o estudo, o que prevalece é a falsa idéia de que existem papéis específicos para mulheres e para homens, que garantem habilidades naturais para cada um. Por essa visão, algumas profissões são mais adequadas aos homens, enquanto outras típicas de mulher.

Diferenças

O curioso é que, mesmo numa função considerada tí-



É falsa a idéia de que existem papéis definidos para mulheres e para homens

pica de mulher, como a de recepcionista, os homens recebem em média R\$ 802,61, enquanto as mulheres ficam com R\$ 592,82, mesmo com a mesma escolaridade e igual tempo de serviço.

O estudo ressalta a necessidade de cláusulas que garantam igualdade de acesso a cargos, promoções e salários. Atualmente, 60% dos acordos coletivos de trabalho não apresentam nenhuma

cláusula de garantia para as mulheres. Os direitos das metalúrgicas regulados por esses instrumentos restringem-se a questões relativas à maternidade e saúde reprodutiva e, em geral, já regulados por lei.

Bandeiras

"Queremos buscar conquistas que permitam a igualdade de condições entre homens e mulheres, colocando

fim à discriminação. Para isso, nossa prioridade é ampliar a participação feminina na luta sindical, estar presente na vida do Sindicato", afirma Michelle Silva, coordenadora da Comissão de Mulheres.

A luta por igualdade de oportunidades e respeito às diferenças passa ainda, segundo ela, pelo combate aos sédios moral e sexual e à violência praticada contra as mulheres.

Guerreiras de todos os dias

Elas sofrem discriminação não apenas por serem mulheres. São trabalhadoras negras, com deficiência ou jovens em início de carreira, que vão à luta diariamente e sabem que têm de provar a toda hora sua competência.



Preconceito enrustido

Andréa Maria da Silva Melo, 39 anos, operadora na Panex, começou a trabalhar aos 15 como balconista e, desde muito cedo, sentiu o preconceito por ser negra. "No comércio, como a gente tem contato direto com o público, é mais fácil perceber", conta. Embora nunca tenha enfrentado uma situação-limite, nem se sinta discriminada em seu atual local de trabalho, ela explica que o preconceito nem sempre é explícito. Em geral, é percebido muito mais pelos gestos das pessoas, o modo de olhar, do que pelas palavras. "Nas agências de emprego, por exemplo, as vagas estavam preenchidas quando chegava a minha vez", afirma. Para ela, a maior dificuldade para o negro é o acesso ao estudo. "Gostaria muito de ter estudado mais", destaca.



Capacidade à prova

A paralisia infantil foi a causa da deficiência em uma das pernas de Ana Paula Alves de Jesus, 35 anos, mãe de dois garotos e trabalhadora na Kostal. Na empresa há 11 anos, atualmente como auxiliar de produção, ela lembra que a deficiência não a afastou de um destino comum a tantos brasileiros: o trabalho desde a infância. "Minha família sempre foi muito humilde e eu precisava trabalhar", recorda. A chegada à empresa ocorreu após o envio de um currículo. "Discriminação sempre há. As pessoas nos olham de forma diferente, nem sempre acreditam que podemos ser capazes", afirma. "Justamente por sermos deficientes é que a todo momento precisamos provar, em dobro, a nossa capacidade", avalia.



Leila, a mais jovem

Leila Patrícia Santana tem 21 anos e inicia sua carreira na Scania, onde trabalha na produção. Chegou lá no ano passado, após ter feito Senai de Mecânica. "Comecei a trabalhar com 16 anos e escolhi a área sem saber ao certo o que era, e acabei gostando", explica a jovem, que depois da jornada diária ainda encontra tempo para cursar a faculdade de Gestão Ambiental Empresarial na Unidic. Feliz com as perspectivas da nova carreira, afirma não ter enfrentado problemas pelo fato de ser tão jovem: "Até agora, pelo menos, o que encontrei foi um ambiente de colaboração", diz. Aos jovens que como ela buscam uma oportunidade profissional, dá a dica: "Há muita exigência, por isso é preciso escolher cursos não tão concorridos, para aumentar as chances. E se preparar muito", afirma Leila.

O estudo do Dieese

- 15% da categoria é formada por mulheres (239 mil metalúrgicas).

- 44% destas mulheres trabalham no setor eletro-eletrônico.

- 48% ocupa cargos na produção, 25% em áreas administrativas e 18,5% em áreas técnicas de nível médio e superior. No caso dos homens são 66,5% na produção, 8% em áreas administrativas e 14% em áreas de nível médio e superior.

- A maior frequência de metalúrgicas está na faixa de 30 a 39 anos (32%).

- Cerca de 46% das mulheres metalúrgicas possuem segundo grau completo, contra 36% dos homens. No nível superior elas correspondem a 12%, frente a 7% dos homens.

- Na produção, a diferença salarial chega a 38% menos que os homens; na área administrativa, 35,6%.

- A jornada contratual das mulheres é de 43:50 horas semanais para 92% delas, contra 89% dos homens.

Luta originou o 8 de março

Em 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque, EUA, fizeram uma das primeiras greves conduzidas unicamente por mulheres. Elas queriam a redução da jornada de trabalho (que era de 16 horas diárias), salários iguais aos dos homens, licença-maternidade, melhores condições de vida e de trabalho. Em resposta às reivindicações, os patrões trancaram a fábrica com as trabalhadoras dentro e atearam fogo. Mais de 100 mulheres foram queimadas vivas.

No ano de 1910, a II Conferência Internacional Socialista, realizada em Copenhague, na Dinamarca, aprovou uma resolução, por meio da alemã Clara Zetkin, que estabelecia o 8 de Março como marco da luta pelo reconhecimento dos direitos da cidadania feminina.